



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 10/13-17
SESSÃO ORDINÁRIA
2015/02/20

A PRESENTE ATA
FOI APROVADA COM:
29 VOTOS FAVOR;
0 VOTOS CONTRA;
6 ABSTENÇÕES

[Handwritten signature]

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.

O Senhor Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, não esteve presente, cuja falta foi justificada.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.
- Jose Luis da Fonte Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, substituído por João Augusto Pires de Oliveira.
- Antonio Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Henrique Graciano Varela Gonçalves.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituída por Pedro Ramalhosa.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 19 de dezembro 2014;
- c) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal;
- d) – Despesas de Representação dos Titulares de Cargos Dirigentes;
- e) – Medida Excecional para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora;
- f) – Alteração à Postura de Trânsito na Praça de Espanha da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa** deu conhecimento de dois requerimentos apresentados à mesa pelo PSD, os quais ficam a fazer parte dos anexos desta ata. Também informou que foi apresentada uma Moção pela Coligação Democrática Unitária à mesa, a qual vai ser lida e fica a fazer parte integrante desta ata.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência e de seguida leu a Moção:

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento do Projeto de Resolução que “Recomenda medidas de proteção ao setor da pesca da sardinha e aos pescadores e armadores da pesca do cerco”, apresentado no dia 12 de fevereiro na Assembleia da República.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português no dia 13 de fevereiro a dar conhecimento da Apreciação Parlamentar apresentada pelo PCP ao Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que “ Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” e a Intervenção da Senhora Deputada Paula Santos no Debate Temático sobre descentralização realizado no Plenário da Assembleia da República.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da pergunta colocada pela Sra. Deputada Carla Cruz ao Sr. Ministro da Educação e Ciência sobre o encerramento de Escolas da Academia Fernandes Fão, no distrito de Viana do Castelo.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento do pedido de apreciação parlamentar do “ Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração”, entregue no dia 19 de fevereiro na Assembleia da República.
- Ofício circular por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses a dar conhecimento do “XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses” que irá decorrer nos dias 27 e 28 de Março de 2015”.



Assembleia Municipal de Caminha

- Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens referente ao Relatório Anual de Atividades de 2014 bem como o Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

“Moção sobre Delegação de Competências”

“Considerando que:

- 1- A C.R.P. - Constituição da República Portuguesa prevê que o "Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiaridade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública" (artigo 6.º, n.º 1).
- 2- A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.
- 3- A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiaridade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos.
- 4- A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.
- 5- O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.



Assembleia Municipal de Caminha

6- A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

7- O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autónoma do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos.

8- A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.

9- Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias.

10- Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos.

11- O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.

A Assembleia Municipal de Caminha reunida no dia 20/02/2015, delibera manifestar:



Assembleia Municipal de Caminha

- O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015;
- O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, consequentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;
- Apelar ao Congresso da A.N.M.P., a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê.”

O **Senhor Deputado Rui Lages** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que o Partido Socialista concorda com a Moção apresentada e votará favoravelmente.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que o comentário que o grupo do PSD pode formular acerca da Moção apresentada é de alguma forma tratar-se de um oportunismo político. Porque se de facto esta Moção é séria tendo em conta o assunto da mesma, “Delegação de Competências”, parece-me que seria justo que esta discursão tivesse sido feita previamente com os diversos grupos parlamentares e que a proposta ou moção que viesse aqui a ser apresentada reunisse o consenso de todos. Disse ainda que lhe parece um pouco precoce que sem que seja implementada ou testada se possa a vir rejeitar uma Lei que visa “Delegar Competências”. Acrescentou ainda que a “Delegação de Competências” é



Assembleia Municipal de Caminha

sempre bem vinda, positiva e até salutar e manda o bom senso do ponto de vista do PSD, que seja testada e se de facto não resultar, podemos a todo tempo fazer chegar as nossas preocupações. Sendo assim, não vamos subscrever a proposta apresentada não pelo seu conteúdo mas pelo espírito em que foi apresentada, uma vez que não houve o consenso que normalmente tem havido neste órgão da Assembleia Municipal sob temas tão importantes como este e que tem sido possível ao longo da história deste órgão da Assembleia Municipal.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente “Moção” foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** deu início à sua intervenção e disse que:

“Como já havia dito na última sessão da Assembleia Municipal reafirmo que na elencagem das ações a executar pela Polis para o Concelho de Caminha não estava prevista a intervenção na marginal de Caminha, e em sua vez, contemplava ações como a requalificação do Parque Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora e a Requalificação da Praia e envolvente da Gelfa.

Como a Câmara Municipal de Caminha desenvolveu estes projetos e os candidatou a fundos comunitários-Ações de Valorização do Litoral, e como as mesmas foram aprovadas, foi assim possível que se pudesse incluir nas ações a contemplar da PLN a intervenção na marginal de Caminha;



Assembleia Municipal de Caminha

Resulta claro, evidente e provado que:

- Por não existir, a elaboração e execução do projeto, os concursos e respetivas adjudicações da Marginal de Caminha, são responsabilidade, competência e dependem exclusivamente da ação da Sociedade Polis Litoral, cujo capital social é maioritariamente do Estado e não do Município de Caminha!

- A sociedade foi constituída em Janeiro de 2009. Se passaram 6 anos e só agora surgem as obras, são inequivocamente e exclusivamente responsabilidade e resultado da dinâmica da Sociedade Polis;

É completo mérito e empenho do executivo anterior do PSD ter estes projetos prontos e ao conseguir a aprovação destes investimentos em -Ações de Valorização do Litoral -, que saíam do "bolo" da PLN, libertar meios financeiros para poder incluir na Polis a intervenção na Marginal, mérito nosso, senão tal investimento não se faria e o Senhor não teria tecido críticas sobre fatos que não conhece e que também nunca mereceram o seu empenho ou dedicação, que não fosse dar seguimento ao que outros lhe deixaram e que o Senhor ao fim de ano e meio ainda não conseguiu desenvolver!

Assim as ações mais relevantes, que a SPLN contemplava para o concelho seriam: Ecovia do litoral (obra e executar em Caminha, Viana e Esposende)

Projeto a desenvolver pela PLN

Ecovia do litoral (obra e executar em Caminha, Viana e Esposende) - Percurso complementar (percurso a desenvolver entre Caminha e Vilar de Mouros (obra entre o CCT Vilarelho e o cais do Pego em Venade e aproveitamento dos caminhos agrícolas existentes entre o cais do Pego e Vilar de Mouros).

Projetos a desenvolver pela PLN

Valorização dos Pinhais, Gelfa e Camarido

Construção de parques de estacionamento junto dos campos de futebol, Âncora Praia e Morber, para ordenar o trânsito, quer de Verão (praias) quer o restante, para apoio da atividades desportivas, em ambos os locais, retirando o estacionamento caótico que tanto mal fez às matas.

A Câmara Municipal de Caminha elaborou os projetos (Arq.^a Lara e Lurdes).



Assembleia Municipal de Caminha

Forneceu-os à PLN para que esta entidade (responsável pela sua execução) fizesse as consultas às entidades competentes.

Assim aconteceu e penso que a obra na Gelfa está adjudicada.

Quanto à do Camarido não existe qualquer entrave, podendo a SPLN concursar a obra e fazê-la. Não sei porque não se faz!

Aqui a Câmara Municipal de Caminha deu uma ajuda ao assumir os projetos libertando a SPLN para melhor e mais rápido desenvolver os outros projetos.

Valorização dos Estuários do Coura e Âncora

No Rio Coura a obra de construção de percurso pedonal, desenvolvia-se entre o CCT Vilarelho e o cais do Pego e aí, entre o campo do Venade e o referido cais uma zona para estacionamento e lazer, para apoio quer aos percursos pedestres quer à ecovia -percursos complementares.

No Rio Âncora igualmente a obra a desenvolver seria criar um percurso pedonal entre o parque Ramos Pereira e o parque de estacionamento junto do campo do Âncora Praia, à entrada da mata da Gelfa. Aqui esta ação ligava-se com a anteriormente referida (valorização do pinhal da gelfa) e a da ecovia do litoral.

Projeto a desenvolver pela SPLN.

A Câmara e as Juntas de Freguesias, Vilarelho e Vila Praia de Âncora apoiaram sempre que solicitadas, para promoverem os contactos no terreno para efeito das expropriações/cedências dos terrenos necessários para se concretizar estas obras.

A informação que tinha a Setembro de 2013, o projeto estava aprovado e autorizado mas era necessário obter as autorizações dos proprietários dos terrenos.

Renaturalização e Recuperação de zonas naturais e dunares.

Aqui a intervenção abrangia 3 zonas;

Camarido- a ação principal seria em articulação com a Agricultura (entidade gestora da mata do Camarido) promover o combate às espécies infestantes (acácias).



Assembleia Municipal de Caminha

Rochedos de St.º Isidoro- Aqui pretendia-se que as ações a desenvolver apoiassem as medidas de sinalização e balizagem do percurso da ecovia do litoral. Era uma maneira de apoiar a grande obra em termos de ecovia do litoral.

Tudo isto porque esta zona não carecia de grande intervenção em termos de renaturalização e proteção da costa atendendo ser uma zona costeira em rocha, portanto sem erosão. A última zona com intervenção prevista de proteção era a zona das dunas do Caldeirão que já foi alvo de intervenção.

Note-se que a intervenção na duna de Moledo, na zona do moinho não fazia parte do Plano da Ação e não estava prevista.

A intervenção que houve foi delineada pela Câmara e ARH da seguinte maneira e após o inverno de 2011;

A SPLN contrataria o Prof.º Veloso Gomes-Universidade do Porto para elaborar o projeto de intervenção e de seguida ser submetido à aprovação na ARH e para que essa entidade, com recurso a uma candidatura ao POVT e aos seus fundos (contrapartida nacional-15%) suportasse a empreitada. A ARH tem fundos designados por Fundos de Recursos Hídricos coletados em todas as Câmaras na fatura da água).

Esta situação veio acontecer no último Verão. Obra de intervenção pelo Estado Português. Mas diga-se que o projeto foi concluído pela SPLN em 11/01/2012;

Marginal de Caminha

Face à importância da ação a intervir nesta zona ribeirinha a Câmara Municipal de Caminha aceitou que a SPLN, responsável pela intervenção, projeto e obra, realizasse previamente ao projeto um concurso de ideias para o local.

- Foi aberto concurso de conceção de ideias em 26.01.2010;
- O ato público de abertura de propostas foi realizado 29.03.2010;
- As propostas apresentadas foram 23;
- O relatório final do júri foi realizado em 19.10.2010;
- 3 Dias depois, em 22.10.2010, foram abertos os envelopes e identificados os concorrentes;
- Em 02.11.2010, foi notificada a decisão de seleção;



Assembleia Municipal de Caminha

- No dia 25.01.2011 procedeu-se à adjudicação do ajuste direto;

- No dia 02.03.2011, foi assinado o contrato.

Ou seja na fase ainda do concurso de Ideias entre a abertura do concurso até à assinatura do contrato decorreu um ano e dois meses.

Este facto demorou só por si muito tempo. Mais de um ano só para adjudicar à empresa projetista.

O estudo prévio apresentado pela equipa projetista à SPLN, foi recolher, por diversas vezes, pareceres a entidades como EP, IGESPPAR, ARH, Marinha, etc.

Depois de muita pressão nossa sobre a SPLN e projetista, foi-nos presente a versão possível/final à Câmara Municipal de Caminha para nos pronunciarmos.

Por isso apresentámos esse anteprojecto em Setembro de 2013. Dissemos que iríamos discuti-lo para melhorar, se fosse possível, até ao final do ano e entregaríamos à SPLN para então dar o andamento necessário, como terminar o projeto, candidatá-lo em nome da SPLN e com isso conseguir os meios financeiros necessários e executar a obra.

É com esta precisão e veracidade dos fatos que responda à leviandade política das várias afirmações proferidas na última Assembleia Municipal, constantes da ata e que passo a citar:

Comentários às afirmações proferidas pelo Presidente de Câmara:

-" ..que durante muitos anos Caminha fez parte de um projeto chamado Polis litoral"

Não é verdade Sr. Presidente:

Não fez parte durante muitos anos faz há 6 anos! Tantos como a data da constituição da sociedade POLIS que foi como já disse em Janeiro 2009, não podia ser antes nem depois!

Também não é verdade Sr. Presidente que fez parte, a não ser que tenha saído e o atual executivo não nos tenha informado, que se saiba o Município de Caminha ainda faz parte da SPLN, já passou 1 ano e meio e o Senhor também nada fez!

-"..o qual envolve vários Concelhos, como Viana do Castelo e Esposende"



Assembleia Municipal de Caminha

Não é verdade Sr. Presidente: Quais são os outros vários concelhos? E que são só três!

- " ..ao longo de vários anos foi feito um grande investimento por parte do Estado na requalificação da zona litoral destes Concelho."

Não é verdade Sr. Presidente:

Não foram vários anos, foram 4 anos, e não foi o Estado! O primeiro projeto foi lançado em Fevereiro de 2010 (obra de Julho a Novembro de 2010). Foram projetos financiados por candidaturas a fundos Comunitários com a comparticipação dos Municípios através do capital social, na parte respetiva da componente nacional;

- " em que os municípios tinham de apresentar projetos para que se pudesse fazer os investimentos"

Não é verdade Sr. Presidente:

Os projetos, foram e tinham de ser quase todos desenvolvidos pela SPLN. Foi para isso que a SPLN contratou a Parque Expo: para gerir as contratações de todos os projetos necessários.

O que aconteceu é que nalgumas das intervenções os projetos já existiam feitos/contratados pelas Câmaras e como tal, para facilitar entregavam o projeto à SPLN para fazer os restantes procedimentos, concurso e obra.

No caso de Caminha, como aliás já atrás referi, entregámos os projetos para a valorização dos pinhais do Camarido e Gelfa.

Quanto à requalificação da zona ribeirinha do Parque Ramos Pereira e Gelfa como já disse fomos nós, Câmara que executou projeto, candidatura e obras concluídas em 2011 e não prejudicámos os interesses do Município e nem precisámos que a SPLN o fizesse como inicialmente estava previsto.

E refere V. exa. que:

- "todos os concelhos (são só mais 2) apresentaram as suas ideias e hoje têm uma marginal que os honra e só o Município de Caminha nada fez desperdiçando esta oportunidade"

Não é verdade Sr. Presidente:



Assembleia Municipal de Caminha

Para além de todos os passos e fatos do processo já referidos, a Câmara fez o que era da sua competência:

Por isso apresentámos esse anteprojecto em Setembro de 2013. Decidimos faseá-lo, para poder discuti-lo com a população e melhorá-lo com os seus contributos e era nosso compromisso que até ao final do ano o entregaríamos à SPLN para lhe dar o andamento necessário; Ou seja: terminar o projecto, candidatá-lo em nome da SPLN e com isso conseguir os meios financeiros necessários para executar a obra. E diz V.Exa:

- "O que este executivo fez (agora o vosso) foi colocar mãos à obra para arrancar com projectos, para conseguir algum financiamento que ainda existe disponível e desse modo conseguiu-se que em Janeiro se avançasse com a Requalificação do Apoio à Praia da Gelfa, Duna dos Caldeirões e zona envolvente ao Campo de Futebol do Ancora Praia, seguidamente será "intervida" (penso tratar-se de um lapso e que queria dizer intervencionada) a zona junta à praia do Camarido como a zona envolvente ao Campo Morber.

Não é mesmo verdade Sr. Presidente!

- Todas as intervenções por si referidas resultam como deixei bem claro e evidenciado com fatos, de projectos já existentes ou em execução, como é perfeitamente normal e natural!

- Mas no que se refere à intervenção da Marginal de Caminha, o seu executivo rebuscadamente reúne com o projetista e com a SPLN.

- Sabe que o anteprojecto apresentado pelo anterior executivo no Teatro Valadares só precisa de um ofício da Câmara para a SPLN a dizer:

- Aprovamos esta intenção. Candidatem. Façam a obra. (A não ser que não concordassem e portanto suspendessem este processo, o que não aconteceu)!

Diz o Senhor na ata:

- "tornou-se uma necessidade absoluta que se procurasse com urgência um projecto que estivesse preparado para se candidatar"

Não é verdade Sr. Presidente:



Assembleia Municipal de Caminha

- Para espanto de todos, o Senhor apresenta o mesmo processo numa reunião de câmara em março de 2014, com toda a multimédia e imprensa convocada;

Faz uma apresentação do mesmo projeto e diz: que agora é que vai ser e qual D. Quixote: graças a nós esta obra vai ser salva!

É claro que alterou uma rampa em todo o projeto (claro que tinha que alterar nem que fosse um prego) para agora ter a paternidade do projeto e obra!

Escusava era de perder um ano!

Depois de proferir várias vezes em Assembleia Municipal e reunião de Câmara que agora, o novo executivo, o Senhor em particular, era bem visto na Polis, ficámos sinceramente descansados, e por isso não conseguimos entender porque é que deixou passar um ano e ainda nada fez!

Aliás o Sr. Presidente detém a posição privilegiada de fazer parte do Conselho de Administração.

Mas o Sr. Presidente consegue ainda afirmar:

- "Tem-se andado sempre junto do governo em conversações de modo a sensibilizá-los para todos estes problemas, e o resultado está à vista, como o arranjo da Praia de Moledo"

Mais uma vez não é verdade Sr. Presidente!

Contrariando a sua tese de inatividade este é mais um projeto que herdou, concluído em 11/01/2012, cuja competência de execução é da Administração Central, do Governo, e que aguardou apenas que a ARH, pudesse garantir os meios financeiros da componente nacional. Contra factos não há argumentos: o Senhor consegue faltar à verdade e tentar capitalizar com uma obra que nem da sua competência é que vinha a ser desenvolvida e tramitada por quem de direito!

O Senhor Presidente consegue em meia página de ata proferir cerca de oito afirmações que não correspondem à verdade, revelando ou um profundo desconhecimento dos dossiers ou uma estranha capacidade de desvirtuar os fatos, contá-los a seu modo e ainda capitalizar politicamente, o que nos parece sinceramente revelar-se, ser a sua postura.



Assembleia Municipal de Caminha

A verdade é que não há um projeto novo, nem é o Sr. Presidente que irá executar a obra da Marginal de Caminha, ou a sua candidatura, mas sim a SPLN.

Já agora não perca mais tempo a acusar os outros e não se esqueça de lutar por todos os projetos que ainda não estão no terreno no concelho de Caminha e são muitos:

Ecovia do litoral;

Ecovia do litoral Percurso complementar;

Valorização dos Pinhais, Gelfa e Camarido;

Valorização dos Estuários do Coura e Âncora;

Renaturalização e Recuperação de zonas naturais e dunares - Camarido e Rochedos de St.º Isidoro;

Marginal de Caminha.

Cá estaremos para o relembrar se for necessário e para lutar por eles se também for necessário, pois como aqui acabámos de demonstrar, lutávamos, acompanhávamos e dominávamos os dossiers importantes e essenciais para o Concelho de Caminha!"

A Senhora Deputada Fernanda Viana saudou todos os presentes e deu início a sua intervenção:

"O Concelho de Caminha foi novamente o centro das atenções do Alto Minho e por bons motivos.

Caminha foi a capital dos doces com a promoção do Caminha Doce, este ano num espaço mais amplo, mais dinâmico e com novo fulgor. Os comerciantes dizem até que foi a melhor edição deste evento. Mas não foi só com doçaria que Caminha se animou.

A nossa Vila foi também a capital do amor no Dia dos Namorados e a rainha do Carnaval no Alto Minho, com a realização do mítico Baile do Assalto, no Teatro Valadares, e o desfile de Carnaval noturno, que segunda-feira encheu as ruas de Caminha com centenas e centenas de pessoas a assistir e a nele participar.



Assembleia Municipal de Caminha

De todo o lado chegam comentários sobre o ambiente alegre e entusiástico que cá se viveu, como há muito não se via.

Não poderíamos deixar de elogiar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho por toda a logística que conseguiram montar para que estas festividades fossem um sucesso. Mas não é só à Câmara e à Junta de Freguesia que dirigimos o nosso grande e profundo reconhecimento.

Sem a colaboração, a organização e a participação ativa dos nossos e das nossas comerciantes, que se empenharam de alma e coração para que Caminha fosse o centro das atenções nesta época, nada seria possível.

Estamos convictos que a combinação destas três entidades - Câmara/ Junta/Comerciantes - reúne as condições necessárias para dinamizar e impulsionar cada vez mais a nossa terra e o nosso comércio, nas suas diferentes vertentes, o que se torna um fator fundamental para o desenvolvimento da nossa economia.

Só com o esforço e dedicação conjuntos podemos atingir o sucesso que pretendemos, e este período festivo foi o corolário desse empenho coletivo.

Para o Partido Socialista o conjunto de eventos realizados neste último fim-de-semana resultou num GRANDE SUCESSO. Um sucesso que pretendemos se venha a repetir nas próximas atividades culturais - Mesa de Páscoa, Festa da Flor, Rally de Portugal, entre outras - onde toda a comunidade é chamada a participar e a contribuir, para que Caminha seja cada vez mais e melhor.

Aos nossos e às nossas comerciantes deixamos uma palavra de incentivo e de carinho, pois sem eles este sucesso não seria de todo possível.”

O Senhor Deputado José Luis de Lima saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Passado que está mais de um ano do mandato para o qual fomos eleitos, e porque também é uma das obrigações de um membro da Assembleia Municipal, fiscalizar a atividade do executivo da Câmara, entendi, nessa qualidade, fazer um breve balanço e deixar a minha opinião.



Assembleia Municipal de Caminha

Permita-me Sr. Presidente, felicitá-lo. Felicito-o, pelo rumo que tomou, porque escolheu o melhor caminho. Optou por uma política de continuidade, uma política que permitiu dar seguimento ao bom trabalho que realizamos no concelho de Caminha.

É assim que deve ser, decidiu, e quanto a mim muito bem, aproveitar os eventos e obras cujos projetos vinham do anterior executivo. Soube avaliar, perceber e reconhecer o bom trabalho do PSD. Adotou as candidaturas do Mosteiro de S. João d'Arga, da Biblioteca Municipal e da Loja de Turismo, e acarinhou-as de tal forma que até as apresentou como se fossem suas.

Permita-me manifestar publicamente a minha admiração pela sua capacidade de valorizar o que de bom foi feito. Viu, entre outros, que a Caminha Doce, a Festa do Mar e da Sardinha e a Feira Medieval tinham bons alicerces, que eram uma estrutura sólida, que os seus pilares, mesmo em tempo de vendaval, se iriam aguentar, e deu-lhes continuidade.

Da mesma forma que um agricultor gosta de ver a sua sementeira brotar, também nós, sociais-democratas, gostamos de ver o fruto do nosso trabalho a crescer, que à exceção da Feira Medieval que não deveria ter sido encurtada, de forma geral, e muito pelo empenho e profissionalismo dos funcionários municipais, continua a ser tratado com o mesmo carinho que nós lhe daríamos para se tornarem cada vez maiores e melhores.

Sei que, tal como a nós, também ao Partido Socialista, não faltarão projetos para Caminha. Sei também que os tempos são difíceis, que estamos em crise, e por isso compreendo, Sr. Presidente, o difícil que é ter de tomar certas decisões, que não saberá muito bem se deva aplicar o dinheiro em obras, na cultura, na ação social ou no desporto.

É normal que nós, PSD, seguissemos outro rumo, que tivéssemos outras opções, mas eu, pessoalmente, estou confiante nas suas capacidades e portanto, deixo isso á sua consideração, até porque quero acreditar que seja verdade o que me disse numa sessão desta Assembleia, que "é como o Pedro Lamy, tem cara de miúdo mas é muito rodado"... embora que, quanto a isso devo dizer-lhe, não o



Assembleia Municipal de Caminha

admiro como piloto. Faz-me lembrar certas pessoas, dizem-se muito experientes mas é só na teoria, porque na prática deixam muito a desejar... e ele é igual, até pode ter muita rodagem, mas por muitos quilómetros que tenha, são distâncias percorrida em pistas, ou seja estradas com bons pisos, só com curvas pela frente, onde tal como na vida real nos restam três opções: ou viramos para a esquerda, para a direita, ou então seguimos em frente. Valorizo muito mais, e sem qualquer sombra de dúvida, os pilotos de rali, com os quais me identifico mais. Estes sim, tem que demonstrar toda a sua perícia em qualquer piso de estrada, onde a cada metro pode aparecer um obstáculo, um perigo, mas mesmo assim avançam com determinação, pelo percurso que lhe foi traçado, rumo à meta.

Perdoem-me esta comparação, mas confesso que sou um grande admirador de ralis, e portanto quero manifestar também a minha satisfação pelo facto do rali de Portugal regressar às suas origens, e concretamente ao concelho de Caminha, local onde assisti por diversas vezes a este espetáculo.

Em abono da verdade este evento não é inédito no Concelho de Caminha, e se durante anos infelizmente a Direção desta prova o fez rumar para o Sul, é um fato a que somos todos totalmente alheios, mas como “o bom filho à casa torna”, ainda bem que este evento retornou ao Norte do País, ainda bem que tomaram a decisão de investir neste evento, porque realizar o rali no Norte, sem passar por Caminha, isso sim seria muito grave, porque fazer, fazia-se, mas não era a mesma coisa!

Não restam dúvidas também que as dificuldades financeiras, não são inibidoras para V. Exa.! Quando decide por um evento, as questões financeiras são ultrapassadas!

Felicito-o por isso, mas espero a mesma coerência e atitude com todos os outros eventos e Instituições!”

O Senhor Deputado Alberto Magalhães saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Como se pode ler, no site do município, passamos a citar:



Assembleia Municipal de Caminha

“O Processo de revisão do PDM de Caminha tem de ser o mais participativo possível, pelo que apelamos ao envolvimento da população na discussão e tomada de decisões para o futuro do ordenamento do território do concelho de Caminha”, fim de citação.

No entanto não está noticiado na página oficial da Câmara, nem veio divulgado em qualquer outro meio de comunicação, em que fase se encontra a revisão do PDM... Por isso, perguntamos Sr. Presidente:

- Em que estado procedimental se encontra a revisão do PDM?
- Já há propostas concretas, aprovadas pela comissão de acompanhamento?
- Se sim. ONDE e QUEM as pode consultar?
- Desde quando e até quando estão disponíveis para consulta prévia?

As informações que nos chegaram são preocupantes, dão-nos conta que as propostas já se encontram em cima da mesa e a serem discutidas nas juntas de freguesia... No entanto a população em geral nada sabe.

- Porquê até à data nada foi dito, nesta Assembleia, a respeito deste processo, que se quer claro e participativo?

Este silêncio em torno de uma temática tão sensível e importante para o futuro do concelho, não é coerente com a pretensa democracia e a transparência, tão (fortemente divulgada) propagandeada em campanha eleitoral. Por outro lado, a falta de divulgação deste processo pode levar, os que têm menos possibilidade de o acompanhar, a deixarem passar a oportunidade de se pronunciarem e de fazerem valer os seus direitos. Não será isso que se pretende?...Pensamos nós!!... Este processo deverá ter outra divulgação para garantir uma melhor participação e consequentemente fomentar um melhor plano. Esta é a nossa opinião.

Que fique bem claro que este projeto de revisão do PDM é da total responsabilidade deste executivo. Este órgão está em exercício há praticamente um ano e meio, sem qualquer informação, pelo que o PSD se DESVINCULA COMPLETAMENTE das opções preconizadas neste plano.



Assembleia Municipal de Caminha

Não é pelas palavras que se respeita a democracia, os seus órgãos eleitos, os que exercem legitimamente os seus cargos autárquicos... Estamos fartos e cansados de retóricas.

O respeito pelas Instituições, Assembleia Municipal, seus membros e o povo que de certa maneira representamos, faz-se com atitudes, comportamentos e ações que demonstrem o empenho do trabalho efetuado, o fomento REAL à participação DE TODOS OS CIDADÃOS, e não pelo contínuo desrespeito e silêncio relativamente a uma matéria tão importante e sensível, como é a revisão de um Plano Diretor Municipal.

E antecipando, o que já vem sendo habitual em relação a outras matérias, em que este executivo simplesmente ignora ou tenta ridicularizar o trabalho feito, pelo anterior executivo, é já tempo de assumir as responsabilidades dos assuntos que lidera, e em particular a revisão do PDM, e não venha, Sr.º Presidente, com as habituais colagens depreciativas do trabalho feito pelo PSD, pois este projeto é SEU, É DA SUA RESPONSABILIDADE E DA EQUIPA QUE O ACOMPANHA.

Não se desculpe com o passado..."

O **Senhor Deputado Rui Lages**, reiterou os cumprimentos iniciais e deu início à sua intervenção:

"Foi há sensivelmente um ano e meio que o Partido Socialista ganhou a confiança dos munícipes de Caminha e, assumiu a liderança do executivo camarário.

O Partido Socialista apresentou-se a eleições com novas ideias, com novos projetos, com uma nova visão política e com uma vontade reforçada de fazer mais e melhor.

Foi com este espírito que logo nos primeiros meses de mandato e, com a contingência de ver o anterior quadro comunitário chegar ao fim, que o atual executivo pôs mãos à obra e candidatou vários projetos a fundos comunitários para requalificar o nosso concelho.

Falemos da **BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA**:



Assembleia Municipal de Caminha

Este projeto é uma obra de grande dimensão que visa potenciar a cultura em Caminha, mas visa também potenciar o centro histórico da nossa vila sede de Concelho.

Falamos aqui de um investimento de 972.591,00€. Sendo que, a empreitada é comparticipada em 85% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a componente nacional (15%) é assegurada pelo município. Esta obra que está a nascer em pleno centro histórico de Caminha permitirá uma articulação com outras estruturas culturais, como o Núcleo Museológico do Centro Histórico e o Teatro Valadares. Nas palavras do presidente Miguel Alves esta obra é um "farol de cultura, especialmente ligado à leitura, à escrita e a outras artes, que vai qualificar o centro histórico".

Assim, no próximo Verão todos os munícipes terão à sua disposição mais este espaço de cultura e de liberdade criativa.

Um outro projeto em execução diz respeito à **ECO VIA LANHELAS- CAMINHA:**

Esta obra visa valorizar os recursos naturais, pelas margens do nosso Rio Minho. Valoriza-se assim um espaço com enorme potencial Turístico e de Lazer. Lanheles, Seixas e Caminha ficam ligas entre si por uma via ecológica, dinâmica, atrativa mas, acima de tudo, referenciamos o nosso concelho no mapa das eco vias nacionais e internacionais.

Esta obra conta com um investimento de 511.302,66E. Um investimento que sempre foi querido e desejado pelas nossas freguesias, que finalmente vêm uma obra estruturante no seu território.

Também a nossa Serra D'Arga está a ser valorizada.

Falo-vos da Requalificação do **Mosteiro de São João D'Arga:**

Esta é uma obra de requalificação de um espaço de culto, de um espaço de convívio, mas acima de tudo de um espaço centenário que merecia ser cuidado e valorizado. Esta é uma obra estruturante para a valorização da Serra d'Arga, já que irá contribuir para o desenvolvimento da Serra, dos seus caminhos e das suas tradições.

Investimento total: 577.170,01€.



Assembleia Municipal de Caminha

Este executivo também aposta na cultura desportiva.

Assim, e já num rateio de fundos comunitários, com o esforço dos técnicos da autarquia e do seu executivo, foi possível candidatar a Obra do **Campo de Futebol de Lanhelas**.

Esta obra conta com um investimento de 898.085,53€, sendo que é comparticipada em 85% por fundos comunitários.

No âmbito da **Polis Litoral Norte**, também a **Praia da Gelfa** será requalificada, dignificando-se todo o espaço envolvente bem como, o estuário do rio Âncora.

Falamos aqui num investimento de 170 mil euros, financiado pelo OREN, para a freguesia de Âncora.

A aposta no Turismo sempre foi uma prioridade para este executivo. Criar condições e potenciar Caminha para o Turismo é potenciar a nossa economia local.

Assim, recentemente foi inaugurada em Caminha a **Nova Loja de Turismo Interativa**. Este investimento rondou os 200 mil euros. Esta loja de turismo é uma espécie de montra interativa, onde se pode ter acesso a eventos e à agenda do Município, mas não só. Empresas e associações, designadamente ligadas à hotelaria e restauração têm também acolhimento no espaço. Um dos grandes objetivos é promover os produtos locais, quer na loja, quer noutros locais associados à rede.

Mas não é só de turismo que falamos, o ambiente e o bem estar das populações é uma preocupação do executivo.

Neste sentido, arrancaram as obras de saneamento nas freguesias de Âncora, Vile e Vila Praia de Âncora.

Esta empreitada ronda um investimento de 2 milhões de euros, cofinanciada em 85% por fundos comunitários. Estas são obras fundamentais para o desenvolvimento das freguesias do vale do Âncora.

Também a freguesia de Moledo beneficiou de obras de saneamento. O Município de Caminha está empenhado em resolver os problemas ambientais que a falta de saneamento originava.



Assembleia Municipal de Caminha

Caras e Caros Deputados

Muita obra está a ser realizada no nosso concelho. Da Serra à costa, do litoral rio ao litoral mar.

Estas obras são na sua génese projetos importantes para o concelho de Caminha e para as suas gentes. São projetos executados no presente tendo em vista o futuro.

O Partido Socialista orgulha-se destes investimentos estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento da nossa terra.

A Biblioteca, a Ecovia, o Mosteiro da Serra d'Arga, a Loja de Turismo, a obra da Gelfa, o Campo de Futebol de Lanheles, o Saneamento em Âncora, Vile, Vila Praia de Âncora e Moledo são investimentos que rondam um total de 5 milhões de euros. 5 milhões de euros em obras estruturais e urgentes para o município.

É com este olhar no futuro que devemos projetar o presente.”

O **Senhor Deputado Jorge Alves** saudou todos os presentes e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se existe um plano de intervenção para a rede viária do Município, uma vez que com o decorrer do Inverno se tem vindo a degradar cada vez mais. Referiu ainda que este assunto já foi levado à última Assembleia Municipal, onde foram focadas duas a três situações e que de uma forma geral não foi dada a devida resposta.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** saudou todos os presentes e iniciou a sua intervenção:

“Na última Assembleia Municipal proferiu V. Exa. uma série de afirmações acerca de temáticas importantes para o nosso Concelho, que como a seguir demonstraremos, sistematicamente faltam à verdade.

Diz o Senhor e passo a citar:

“Quanto ao desemprego....existem de facto indicadores de criação de novas empresas, que vão colmatar esse desemprego”.

Não disse a verdade Sr. Presidente!



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente a esta temática do desemprego, V.Ex^a propagandeou que o número de desempregados no concelho de Caminha baixou em 20,1% no espaço de apenas um ano.

Os números oficiais divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) mostram uma evolução muito positiva e muito acima do que é a tendência nacional, em dezembro de 2014 foram registadas como desempregadas no concelho de Caminha, 804 pessoas.

Relembro que, quando V.Ex^a ganhou eleições em outubro 2013, existia no concelho de Caminha, 979 desempregados inscritos no IEFP, numero esse que, bateu um record durante o primeiro semestre de 2014, onde a média mensal ascendeu aos 1100 inscritos.

Está a enganar a população que elegeu V.Ex^a, quando diz que a descida do número de desempregados em Caminha é muito superior à média nacional. O Governo anunciou um decréscimo de 13% durante o ano, o concelho de Caminha regista uma descida de 20,1%.

Já na análise comparativa entre os meses de novembro e dezembro de 2014, mostra que, ao mesmo tempo que no país aumentou o número de desempregados, em Caminha o número baixou em 2,7%.

As contas de V.Ex^a são deveras diferentes das divulgadas pelo IEFP, pois a média de desempregados do primeiro semestre de 2014 foi de 1131, e, 964 no 2º semestre.

Se o desemprego está a descer em Caminha é mérito do governo, nada se deve à política municipal!

Caminha, está a seguir a tendência Nacional e importa referir que no mesmo mês de dezembro 2014 o desemprego registado teve uma descida de 13,3% comparando com o mês homólogo.”

A Senhora Deputada Paula Aldeia saudou todos os presentes e iniciou a sua intervenção:



Assembleia Municipal de Caminha

“Falar do Concelho de Caminha é falar da Serra D'Arga, é falar do mar, do rio e da montanha, é falar da Festa da Nossa Senhora da Bonança das Festas em Honra de Santa Rita de Cássia. Falar de Caminha é falar do Turismo, e falar do Turismo é falar das nossas gentes, dos nossos costumes, da nossa terra.

O certo é que, o concelho de Caminha teve 12 anos de gestão PSD. Gestão essa que nos foi levando cada vez mais para a periferia do Distrito. Cada vez mais isolada em si, não seguindo o progresso visto nos concelhos vizinhos principalmente de Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo.

Olhando agora para trás podemos constatar uma coisa. A política do PSD local mais não era que uma versão daquilo que o PSD Nacional (agora em Governo coligado) tem feito ao nosso país.

Enquanto a Europa dá sinais de mudança clara. Isto é, tende progressivamente a rever as suas políticas externas. O Governo de Portugal mantém a sua posição de pequeno pedinte e acomodado país subserviente de interesses ocultos. Interesses que em nada serão com certeza os interesses de Portugal.

Enquanto uns países lutam por melhores condições para o seu povo, para as suas gentes, Governo luta pelo empobrecimento dos portugueses, pelo aumento de impostos, pela descapitalização do país e pela venda do património que é nosso. Que é nosso enquanto portugueses, enquanto cidadãos, enquanto contribuintes se assim quisermos dizer.

Felizmente há sempre uma esperança. Há sempre um pensamento vanguardista, novo, requalificado e visionário que trás consigo políticas baseadas na sustentabilidade, no crescimento e no bem-estar das populações.

Disso tivemos o exemplo claro do que se passou na nossa terra. O atual executivo camarário liderado pelo Presidente Miguel Alves, tem vindo a demonstrar que é possível emagrecer os gastos funcionais da autarquia, sem que para isso se subam impostos, muito pelo contrário, uma vez que estes já por diversas vezes baixaram num curto espaço de tempo.

Os políticos têm de gerir o erário público de uma forma rigorosa, transparente, mas acima de tudo, voltado para o real interesse dos cidadãos, dos munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

É com esta mesma satisfação de termos visto Caminha a ser novamente relançada no mapa, que estamos em crer que este ano, Portugal, também ele, será recolocado no mapa e aí assim, teremos uma Liderança forte, de esquerda, com Confiança, Mobilizadora e voltada para as políticas sociais e de interesse nacional. Para mudar basta acreditar. E o nosso concelho mudou. Mudou para mais, mudou para melhor. Agora é a vez de Portugal Mudar. Mudar para mais sensibilidade social, mudar para melhor servir os Portugueses.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, chamou atenção da distribuição do Plano de Atividades da CPCJ para 2015, onde agradece toda a participação e divulgação do mesmo, uma vez que todos os nossos jovens e crianças merecem toda a nossa atenção nomeadamente nas ações que eles pretendem realizar. De seguida fez a seguinte intervenção:

“Como é sabido foi publicado um Dec. Lei em que se preveem competências descentralizadas nas áreas da saúde, educação, cultura e segurança social com a respetiva delegação de competências. Esta delegação deverá ser feita através de contratos entre o Estado e as Autarquias de forma " gradual e faseada Exemplos destas competências são de acordo com a legislação aprovada:

- Gestão do calendário escolar;
- Definição da oferta educativa e da rede escolar;
- Processos de matrícula e colocação de alunos;
- Gestão orçamental;
- Recrutamento de pessoal para determinados projetos;
- Gestão dos equipamentos escolares, mobiliário, economato e material pedagógico, etc.

Todos sabemos a importância que a educação tem e terá nas nossas crianças e jovens pois daí dependerá em grande parte o futuro do concelho.

Trata-se também de saber se se fala de descentralização ou de delegação de competências.



Assembleia Municipal de Caminha

Ora, esta Assembleia Municipal aprovou e nomeou o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em 29/06/2014 ou seja há aproximadamente oito meses.

Recordo que este Conselho Municipal tem representantes do:

- Pessoal docente do ensino público secundário, do ensino básico público, do ensino básico e secundário privados;
- Das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Das Associações de Estudantes;
- Das IPSS's - Dos Serviços públicos de saúde;
- Dos Serviços públicos da área de juventude e desporto;
- Das Forças de Segurança;
- Além do Vereador responsável do Pelouro de educação da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal e do Presidente da Câmara que presidirá a este Conselho.

Lembro que este Conselho Municipal de Educação foi aprovado por unanimidade na Câmara e por maioria, com sete abstenções na Assembleia Municipal e zero votos contra.

Ora, dado que este Conselho, desde a sua nomeação ainda não reuniu e assumindo a minha responsabilidade como Presidente da Assembleia Municipal, venho alertar, Sr. Presidente, para que sejam reunidas as condições, de modo a ser iniciada a sua discussão política balizando e aconselhando sem, no entanto, ter funções deliberativas.”

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** saudou todos os presentes e de seguida agradeceu ao Senhor Deputado Alberto Magalhães pelo facto de ter colocada uma questão sobre o PDM, e disse que o PDM do Concelho de Caminha faz este ano 20 anos e a legislação diz que ao fim de 10 anos deve ser revisto. O Senhor Vereador acrescentou que este executivo está em funções apenas à ano e meio, mas que um dos projetos que tem sido liderado é a revisão do PDM. Disse ainda que quando este executivo entrou em funções os trabalhos que existiam de revisão do PDM eram praticamente nulos, havia alguns trabalhos mas as principais



Assembleia Municipal de Caminha

servidões que condicionam a gestão do território estavam por decidir. Acrescentando que havia uma proposta de reserva ecológica nacional que tinha sido recusada pela Comissão Nacional de Reserva Ecológica Nacional; havia uma proposta de reserva agrícola nacional que estava mal formalizada, tinha uma cartografia errada; havia também uns trabalhos preparatórios que tinham sido desenvolvidos sem qualquer base de sustentação.

O Senhor Vereador informou que o executivo considerou se deveriam reformular a proposta de reserva ecológica nacional que tinha sido apresentada pelo anterior executivo, entendeu-se que sim, porque se não o fizéssemos ficaríamos sujeitos a critérios muito mais restritos, uma vez que a legislação da Reserva Ecológica Nacional sofreu alterações. Dessa forma reformulou-se o que se tinha que alterar e apresentou-se à Comissão Nacional de Reserva Ecológica Nacional 25 propostas de exclusão e esta aprovou 20, assim temos a Proposta de Reserva Ecológica Nacional aprovada. Posteriormente reformulou-se a proposta de reserva agrícola nacional a qual já está aprovada, não formalmente, mas de acordo com a Rede Natura. Por fim resta discutir a questão das servidões florestais.

O Senhor Vereador disse que as servidões florestais têm problemas gravíssimos uma vez que há zonas urbanizadas em perímetros florestais. Disse ainda que a Autoridade Florestal Nacional, agora representada pelo ICNF, sugeriu que se fizessem propostas de perímetros urbanos devidamente fundamentados; desenvolveu-se um trabalho de delimitações de perímetros urbanos pelas várias Freguesias, entendendo-se que estas propostas deveriam ser apresentadas e validadas pelas Juntas de Freguesia, pelo que se procedeu a reuniões com cada uma das 14 freguesias, fornecendo-lhes as propostas realizadas de delimitação de perímetros urbanos, de condicionantes, de reserva agrícola, de reserva ecológica, onde também foi concedido um prazo para feedback dessas propostas; neste momento já se está a reunir pela segunda vez com as Juntas de Freguesia, discutindo caso a caso as sugestões apresentadas por estas. O Senhor Vereador disse que todo este processo está a ser elaborado de uma forma transparente, e que só depois de estar tudo definido com as juntas é que se estrará em condições



Assembleia Municipal de Caminha

de apresentar as questões de exclusões dos perímetros urbanos com a autoridade florestal e posteriormente avançar para uma reunião com a comissão de acompanhamento com a proposta final e depois para discursão publica. Todo este processo é muito complexo e moroso dado se tratar da revisão do PDM, uma vez que a proposta que vier ser aprovada seja o mais realista possível, onde temos para isso uma equipa técnica a trabalhar com pessoas de elevadíssima dedicação e competência.

O Senhor Vereador disse ainda que a preocupação é sempre acomodar e ouvir ao máximo todos os intervenientes direta ou indiretamente no sentido, de que se possa dar todos os contributos, pelo que não entende esse tipo de criticas, de que se estão a fazer as coisas de caixinha, porque esse tipo de coisas aconteciam em outros tempos; este tipo de retorica politica quando é feita num teatro ainda se faz mais teatro do que aquilo que se deveria fazer, pois teria sentido se fosse há 10 anos, mas em um ano e meio ter tido o progresso que teve não lhe parece muito justo, até porque não simpatiza com esse tipo de encenações.

O Senhor Vereador referiu que um dos trabalhos que também se está a desenvolver nomeadamente nas zonas agrícolas, trata-se da definição de zona de aptidão agrícola e aptidão florestal.

Por fim o Senhor Vereador disse que estaria sempre disponível com todas as pessoas e mesmo reunir com Presidentes das Juntas se o assim acharem necessário mais do que uma vez, para discutir e prestarem os contributos que entenderem para que possam ser avaliados e considerados.

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que saúda estes encontros não só por uma vertente de democracia, naturalmente, mas também porque é neste órgão que fiscalizamos a atividade da Câmara.

De seguida disse que gosta destes debates quando ouve algumas das provocações que lhe fazem, uma vez que se sente mais forte e mais capaz de



Assembleia Municipal de Caminha

exercer ainda melhor o meu mandato, até porque é notória uma mudança de estilo. A pólvora que tinham vindo noutras sessões é agora mais seca e a aba do chapéu está mais baixa. Isso tem a ver com o papel que a oposição percebeu que tem que ter, e com o papel que o executivo tem definido, a pólvora agora é bem mais seca. Salientou que algumas das intervenções permitem esclarecer muitas das matérias que se vão falando ao longo do tempo, naturalmente, e que vão falando também na rua e as pessoas vão tecendo a sua opinião.

O Senhor Presidente saudou a Senhora Deputada Fernanda Viana porque fez uma boa intervenção sobre este fim-de-semana, quis salientar por lealdade e também por verdade aquilo que foi um bom fim-de-semana para Caminha com o “Caminha Doce”, o “Dia dos Namorados” e o “Carnaval”. Disse ainda que contava que tivesse contraditório nesta Assembleia porque o PSD durante muito tempo andou a criticar este executivo pela destruição do Carnaval em Caminha, o Carnaval de Caminha ia correr mal, ia ser um fracasso, estavam a destruir o Carnaval e afinal foi um sucesso, e isso explica o silêncio do PSD em Caminha, votaram contra as normas de participação do Carnaval e esteve contra os moldes de organização deste Carnaval que se tornou, só, neste fim-de-semana, como um dos Carnavais mais importantes do Norte do País. Este foi um caminho que se começou a trilhar e que temos que continuar Senhora Deputada, e pode ter a certeza disso. Também disse que era bom ouvir falar bem do trabalho do executivo, quer da parte do Senhor Deputado Rui Lages que venceu bem aqui um bom panorama sobre a atividade que está neste momento em curso no Concelho de Caminha, uma vez que nem sempre é visível o investimento que está neste momento em curso no nosso Concelho, mas é sempre importante saber-se que de facto estão mais de cinco milhões de euros mobilizados em investimento fundamental em várias zonas do nosso território.

O Senhor Presidente disse que é sempre importante ouvir este tipo de intervenções vindas de quem exerce o mandato pelo Partido Socialista, mas, naturalmente, dos elogios que vieram da parte do PSD, e com por isso agradeceu o voto de confiança que o Senhor Deputado José Luís Lima lhe deu e pensa que este voto de



Assembleia Municipal de Caminha

confiança não devolve o voto de censura que a bancada do PSD às duas sessões lhe deu, mas que imagina que agora é o retorno de confiança da parte PSD, que reconhece que há um bom trabalho.

Também disse que comunga com o Senhor Deputado da boa iniciativa que teve a Câmara Municipal de Caminha em trazer de volta o Rally para o nosso Concelho. Um Rally que há cerca de 30 anos não estava no nosso conselho. Disse ainda ao Senhor Deputado que nas reuniões internas e de preparação destes debates pudesse convencer com a sua capacidade de retórica os seus deputados e os seus Vereadores que na Câmara votaram contra a possibilidade de se trazer o Rally de Portugal para o nosso Concelho, porque se fosse graças aos Senhores Vereadores na Câmara não havia Rally de Portugal no Concelho de Caminha uma vez que inviabilizaram a única proposta que permitia fazer os trilhos florestais por onde irá passar o Rally, e sabem porquê? Porque o Governo do PSD que é do seu partido não quis que o Rally viesse para o Norte e retirou o apoio de um milhão de euros à realização do Rally do Norte; mas houvesse mais gente no PSD como é o caríssimo Deputado e as coisas correriam melhor.

O Senhor Presidente dirigindo-se à Senhora Deputada Lilita Gonçalves disse que aquilo que ela referiu ao dizer que não era verdade, que o número de desempregados tenha descido como a Câmara diz, mas a ser verdade foi o Governo que o fez. Disse ainda que os números são indesmentíveis, são muito claros, os números de desempregados são aqueles que estão publicados nos livros e nos sites oficiais, e esses indicam que desde o mês de dezembro de 2013 para o mês de dezembro de 2014, o número de desempregados no Concelho de Caminha diminuiu 20,1% e aquilo que diz relativamente ao espaço nacional é que diminuiu 13%. O que quer dizer que nós temos cerca 808 desempregados inscritos no nosso Concelho o que são muitos, demasiados desempregados para o Concelho de Caminha, são oitocentas e oito preocupações e o desemprego não se combate só com a Câmara, nem só com o Governo, nem só com as empresas. É uma dinâmica que é criada a partir da junção destas energias. E a verdade é que uma Câmara que se desobriga de lutar pela criação de emprego, é uma Câmara que



Assembleia Municipal de Caminha

não está a cumprir o seu papel no contexto territorial onde está inserida. Cabe ao Governo, cabe à Câmara, cabe às empresas, cabe até a outras entidades fazer esse trabalho, mas os números são indelmentáveis. O trabalho está a ser feito e quando há demasiados anos, quatro ou cinco anos, em Caminha só se falava do crescimento do número de desempregados e do encerramento de empresas. O que há um ano para cá, diminuiu-se o número de desempregados e do desaparecimento de empresas. É toda uma mudança estratégica que é preciso salientar.

O Senhor Presidente disse ao Senhor Presidente e Deputado Luís Mourão que comunga das suas preocupações sobre o Conselho Municipal de Educação, referindo que existe hoje um amplo debate em torno desta questão entre os Municípios e a Administração Central porque em tudo o que tem a ver com estas matérias de valorização de autonomia do poder local, de descentralização de competências para os Municípios, o Governo do PPD-PSD, até agora falhou sempre com os Municípios, tem falhado sempre com os Municípios e quando descentraliza não aplica nenhum envelope financeiro, e mais não cumpre aquilo que acordou com a Associação Nacional de Municípios; e como exemplo disse que uma das matérias que acordou a propósito da descentralização de competências das escolas tem a ver precisamente com a descida da taxa do IVA para a iluminação pública ser no âmbito desta iluminação de 6%, está em 23% e isto acarreta custos tremendos para os Municípios. Para que possam ter ideia no Município de Caminha conseguimos baixar, no espaço de um ano, em cerca de um mês, o consumo de energia que é tido no nosso Concelho. Com a gestão da iluminação pública conseguiu-se baixar, retirar, como se fosse uma fatia, um/doze avos, um mês a esse consumo, mas pagamos o mesmo, até julgo que pagamos ligeiramente mais, porque pagamos um IVA incomportável e sobretudo o IVA que não estava no acordo que os Municípios assinaram com a Associação Nacional de Municípios. E deu isto como exemplo para poder explicar que à de facto uma grande desconfiança por parte dos municípios relativamente a estas questões.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à Polis Litoral Norte o Senhor Presidente disse à Senhora Deputada Júlia Paula Costa que trouxe aqui um arrazoadado muito bem preparado, muito bem lido, muito bem sistematizado, mas absolutamente inexistente na prática; falou de projetos, de propostas, de acórdãos, de anos e daquilo que não falou foi sobre a obra no terreno, mas para quem ouviu falar a Senhora Deputada até parece que a Polis Litoral Norte tinha alguma obra no terreno no Concelho de Caminha. Disse ainda que a Polis existe e existe há muitos anos Senhora Deputada e seis anos é muito ano para fazer obra e ouve Municípios como o de Esposende e de Viana do Castelo que assumiram que seis anos davam para fazer obra e tanto assumiram que fizeram obra. Caminha não fez nenhuma obra. Disse ainda à Senhora Deputada que não entendia qual seria o tempo para fazer obra, porque a Polis Litoral Norte acabava em 2014, e não pensaria a Senhora Deputada que se fizessem todas as obras neste ultimo ano, mas felizmente que não acaba em 2014, e na verdade, é que dizendo as coisas como se dizem aqui e não se percebendo que a realidade não tem nada a ver com aquilo que se aqui acabou de dizer, também se dizem muitas mentiras e muitos disparates nas mesmas frases. E referiu algumas coisas que foram dizendo e que verdadeiramente não correspondem à verdade. Começando por referir Moledo, na questão da Duna que era uma coisa que já estava preparada desde 2011, já vinha preparada a intervenção na Duna a Norte do Paredão em Moledo desde 2011. E desde 2011? 2012? 2013? Nada se fez. Mas em 2014 chegou um executivo e fez, porque tem a capacidade para poder explicar em Lisboa o que é necessário fazer e o que a terra precisa, havendo outros que não têm influencia nenhuma, nem quando são dos partidos. É esta a diferença. Disseram ainda que o Presidente mentiu porque disse que a obra em Moledo era da Polis Litoral Norte e foi a APA, é da APA, mas é da APA a obra da Duna, mas a obra de recolocação do paredão depois das intemperes é da Polis Litoral Norte. E sabe o que é que aconteceu? Vieram as intempéries, o paredão de Moledo foi derrubado, a Duna dos Caldeirões desviou a Foz do Rio Âncora. E sabe o que este executivo fez? Foi junto da Polis Litoral Norte e conseguiu que a obra fosse realizada e salvou o Verão em Vila Praia de



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora e em Moledo, porque tiveram capacidade para explicar ao Senhor Ministro do Ambiente, que não é do partido deste executivo, que era necessário fazer esta obra pela nossa gente e pelo nosso povo.

E como afirmam que deixaram tudo preparado?

A obra da Gelfa já está em Curso, e sabem o que este executivo andou a fazer, as alterações ao projeto porque estava tudo mal feito.

Quanto à Marginal de Caminha disse o Senhor Presidente que, quem é que aprovou o projeto de execução? Foi este executivo. Quem é que está a debater com as Estradas de Portugal um cofinanciamento para podermos fazer obra? É este executivo.

Quanto à obra da Ecovia disse que ainda há pouco esteve com o Senhor Presidente de Junta, a definir o trajeto na zona de Vilarelho, porque ainda não estava fechado, ainda não estava acabado. E perguntou que projetos são estes que não estavam concluídos? Que estavam todos preparados? Todos preparados para se fazer tudo num ano.

E quando ao Plano pormenor das Camboas onde é que está? Estão a trabalhar nisso para poder ainda discutir essa matéria em Câmara e em Assembleia Municipal. Nada disto estava feito.

Pinhal do Camarido? Estão a debater com a EDP as questões de pormenor que estavam associadas à eletricidade e que não permitiam fazer estas obras. E todo o trabalho feito hoje no Pinhal do Camarido, no Pinhal da Gelfa de limpeza, não é a capacidade de diálogo.

Quantos projetos Polis foram realizados no Concelho de Caminha? Que começou há muitos anos, há seis anos. Dois para já. Primeiro, levantar o paredão de Moledo que foi derrubado com as intempéries. Segundo, recolocação da Foz do Âncora onde ela deveria estar. E quem foi que fez? Este executivo.

O que é que já está em curso? Pinhal da Gelfa, Parques de Estacionamento que estavam mal preparados, e quando o projeto foi aprovado, o do Âncora-Praia disse que a Câmara nunca tinha falado com eles. Disse ainda o Senhor Presidente que foi ele a uma Assembleia Geral do Âncora-Praia explicar tudo e pedir desculpa pelo



Assembleia Municipal de Caminha

Município nunca ter falado com eles sobre esta obra. Nunca ouve uma reunião. Mas o Senhor Presidente foi lá e a obra arrancou. Com o projeto errado. Mas que estão a modificá-lo. E que vão conseguir faze-lo. E vêm os outros projetos. E não é ele que os inventou nem é ele que os protelou. E estão preparados porque o executivo fez o seu trabalho. Como o fizemos no QREN e é por isso que hoje existem as obras que o Senhor Deputado Rui Lages proferiu.

Estava tudo preparado.

A obra da Biblioteca. Mas foi este executivo que arrancou.

Estava tudo preparado.

A obra do Mosteiro. Mas quem está a fazer? Este executivo.

Estava tudo preparado.

A ECOVIA Seixas-Lanhelas. Mas quem pôs as mãos na massa? Este executivo.

Para terminar o Senhor Presidente disse que o PSD e o anterior executivo, sobretudo no final do mandato, era o campeão da realidade virtual. Mas essa já não interessa. Agora é a realidade das pessoas, a realidade do território e aquilo que se está a fazer. Uns prometiam, outros fazem. E os que fazem, estão aqui a dar a cara.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse que ia dar início à sua intervenção pela expressão que o Senhor Presidente usou “arrazoado” porque gostou imenso e até lhe fez um bocadinho de fome, faz-lhe lembrar arroz e referiu que o Senhor Presidente foi muito infeliz ao utilizar esta expressão, porque aquilo que referiu foi um conjunto de datas, de dados concretos, de factos, de aberturas de concurso que aqui foram explicitados. Tudo aquilo que foi dito foram ações desenvolvidas pela Sociedade Polis Litoral Norte, e tudo aquilo que o Senhor Presidente critica como sendo inatividade, da inação, ao fazer aqui um combate publico e uma crítica pública assertiva, não o faz ao anterior executivo mas à Sociedade Polis Litoral Norte. Fica aqui bem claro perante toda esta Assembleia para aquilo que exatamente foi constituída a Sociedade Polis Litoral Norte, para fazer estes projetos, para os desenvolver e executar a obra, porque se não fosse para isso não



Assembleia Municipal de Caminha

era constituída a Sociedade Polis, porque senão o Senhor Presidente faria os projetos, desenvolvê-los-ia e faria a obra e portanto tudo aquilo que o Senhor Presidente disse não corresponde a verdade e mais grave e ridículo é, naturalmente, que nós tivéssemos executado a obra do Paredão de Moledo ou a da Duna dos Caldeirões antes das intempéries, até porque já não eramos executivo porque o eleito foi o Senhor Presidente, portanto aquilo que o Senhor aqui fez foi um arrazoado, embora não goste desta expressão, isso não fica bem. A Senhora Deputada disse que o Senhor Presidente a desiludiu com a sua atitude, e como diz o povo “presunção e agua benta cada um toma a que quer” ao vir aqui dizer perante toda esta Assembleia. Disse ainda que o Senhor Presidente afirmou perante a Assembleia que o anterior executivo não deixou o projeto pronto da obra da Biblioteca, o qual foi apresentado publicamente e é exatamente aquele que consta do concurso público da empreitada, que não realizou o projeto da obra de S. João D’Arga, dizer que a Ecovia de Lanhelas e todos os projetos que aqui foram elencados vinham no âmbito da ação e desenvolvimento da Polis, que são os Senhores que os vão fazer, pois tem de o ser, uma vez que foi eleito para isso e terá toda a legitimidade para os fazer, e terá com certeza a nossa critica positiva ou negativa face à obra que entretanto for desenvolvida. A Senhora Deputada Júlia Paula disse que as candidaturas da Biblioteca e de S. João D’Arga foram novamente candidatas uma vez que não foi iniciada a obra ao fim de 6 meses, o que este executivo não fez mais que a sua obrigação, fez aquilo que exatamente o Senhor Deputado Jose Luis disse foi dar seguimento aos bons projetos e executá-los. Disse ainda a Senhora Deputada que não faz sentido a paternidade que o Senhor Presidente está aqui a querer fazer, quando um bom autarca deve sim independentemente dos partidos, das políticas ou daquilo que é eleito, ter a obrigação de desenvolver e de dar seguimento aos bons projetos e rejeitar os maus.

Por fim a Senhora Deputada disse relativamente ao PDM, dirigindo-se ao Senhor Vereador Guilherme Lagido que em 2005 ao fim de 10 anos iniciou o procedimento de revisão do PDM de Caminha, lembrando-o que como conhecedor da Lei, que



Assembleia Municipal de Caminha

entretanto o novo enquadramento feito pelo Partido Socialista então Governo, alterou a legislação e enquadrou o PDM de Caminha como um PDM de nova geração, o que obrigou a fazer novo procedimento e iniciar uma nova revisão. Disse ainda, que ainda bem que o Senhor Vereador deixou bem claro aqui que herdou um processo de revisão do PDM a zeros, porque assim assume perante esta Assembleia a total responsabilidade política do PDM que vier a ser executada.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que gostava de explicar a Senhora Deputada Júlia Paula que arrazoado é um conjunto de frases secas que tem pouco valor e que apenas sustentam uma serie de argumentações sem sentido, portanto não deve ter fome a não ser que entenda que essa matéria possa ser comestível.

De seguida o Senhor Presidente disse que a questão do PDM é muito interessante, porque há 10 anos começaram a fazer a revisão e isso era pouco tempo, mas há 6 anos era muito tempo, ou seja, não faz sentido nenhum este tipo de ligação. O Senhor Presidente disse com toda a tranquilidade que o PDM é talvez a fotografia mais completa e mais precisa do fracasso total, estratégico do PSD aqui em Caminha. Durante 10 anos não conseguiram fazer uma revisão, apresentar uma proposta às Juntas de Freguesia para debater e este executivo liderado neste caso em particular pelo Senhor Vice Presidente é de facto o espelho do fracasso, o espelho da competência, lado a lado.

Quanto à questão da Polis, o Senhor Presidente disse que como a Senhora Deputada Júlia Paula não quis perceber aquilo que ele tinha acabado de dizer, apresenta um cartaz que está na Polis, onde estão referenciadas todas as intervenções da Polis desde Esposende, Viana do Castelo e Caminha, referindo que em Esposende está quase tudo feito, que se faltarem duas será muito; em Viana do Castelo também tem uma faixa de obras que irá até 20 intervenções e quase todas feitas; em Caminha existem uma serie de obras mencionadas como a do Rio Coura, Marginal de Caminha, Pinhal do Camarido, Praia de Moledo, Rochedos de Santo Isidoro, Camboas, Foz do Rio Âncora, Forte do Rio Âncora, Campo de Futebol de Âncora, e valorização da Gelfa e destas obras mencionadas



Assembleia Municipal de Caminha

nada foi feito a não ser aquelas intervencionadas por este executivo a propósito das intempéries e a da Gelfa e aquelas que se vão fazer para dignificar a aposta da Polis Litoral Norte e o Governo no Território do Concelho de Caminha. Disse ainda que os outros Municípios tiveram coragem e estratégia e gente que soube perceber essa linguagem, aqui durante muitos e muitos anos nada se fez, mas agora vai-se fazer porque existe capacidade, estratégia e influencia para o fazer.

Por fim o Senhor Presidente disse que espera que o desenho tenha sido elucidativo.

O **Senhor Deputado Rui Lages** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara e disse que não era necessário demonstrar mapas, porque todos sabemos de onde é que veio a inercia e não veio do atual executivo com certeza.

De seguida dirigiu-se ao Senhor Deputado Jose Luis Lima e disse que o exercício que o Senhor Deputado aqui veio fazer é que as obras e projetos são do PSD, então ainda bem que o PS agora em executivo comunga desses projetos e relança-os novamente. O Senhor Deputado Rui Lages esclarece mais uma vez o Senhor Deputado Jose Luis Lima e diz-lhe que as atas das reuniões de Câmara dizem que a obra referente à Ecovia Caminha a Lanhelas foi aprovada com 3 votos contra do PSD, e pergunta se são projetos vossos. Porque votam contra?; Biblioteca Municipal de Caminha, onde ainda aqui foi referida pela Deputada Júlia Paula, também foi aprovada com a abstenção do PSD, e pergunta mais uma vez, porque não votaram a favor?; Mosteiro de S. João D'Arga, aprovada com a abstenção do PSD; Campo do Lanhelas mais uma vez aprovada com 3 abstenções do PSD. Se estes são projetos vossos e se acabou o vosso tempo, porque é que não aprovaram estas candidaturas, ou não me sabe responder? Com certeza que nas reuniões com os seus colegas do PSD, os quais o representam nas reuniões de Câmara, poderá aqui trazer para a próxima reunião explicações, onde ficaremos elucidados.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse ao Senhor Presidente da Mesa que não vai usar a palavra para direito de réplica ou treplica, vai utilizar a palavra para defesa da honra, porque gostaria que ficasse bem claro a deselegância do Senhor Presidente da Câmara porque sabe muito bem o que significa arrazoado e com todo o devido respeito disse que o Senhor Presidente da Câmara não lhe dá lições de português.

Por fim a Senhora Deputada disse ao Senhor Presidente da Câmara que no anterior executivo deixaram 2 milhões de euros e deixavam a Marginal de Caminha feita, os obras todas feitas e o Senhor quando chegasse à Câmara de Caminha não fazia mais nada do que fazer aquilo que fez aqui, que foi um exercício político e demagógico.

O **Senhor Deputado Rui Lages** fez interpelação à mesa, e disse que a Senhora Deputada Júlia Paula Costa não está a fazer uma Defesa de Honra, nem tal Honra lhe tinha sido ofendida.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** disse ao Senhor Deputado Rui Lages para ter calma porque a democracia faz-se com calma e não se interrompem os outros quando falam.

O **Senhor Presidente da Mesa** de seguida leu o estatuído no art.º 30 do Regimento em relação às “Ofensas à honra ou consideração pessoal”, até porque a sensibilidade à defesa da honra está a crescer bastante, e o referido artigo diz o seguinte:

1. Sempre que um membro da assembleia considere, justificadamente, que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pessoal pode, para se defender, usar da palavra, desde que a sua intervenção não tenha conteúdo ou carácter político, não podendo exceder, em todo o caso, dois minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações, não podendo, para tanto, exceder os dois minutos.



Assembleia Municipal de Caminha

3 - O Presidente da Assembleia anota o pedido para a defesa referido no n.º 1, para conceder o uso da palavra e respetivas explicações, a seguir ao termo do debate em curso, sem prejuízo de a poder conceder imediatamente, quando considere que as situações especialmente o justificam.

Para isso devem ter em atenção este artigo.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que a Senhora Deputada ausentou-se mas que vai prestar um pequeno esclarecimento, e disse que na 1.^a intervenção da Senhora Deputada, ele é que foi alvo de dichote, porque pronunciou mal uma palavra, e a Senhora Deputada gozou com ele, mas que isso não lhe afeta a honra, portanto a Senhora Deputada quis gozar com ele. O Senhor Presidente disse que apenas esclareceu o que significa arrazoadado, uma vez que a Senhora Deputada ligou o arroz ao arrazoadado, e explicou que o significado de arrazoadado tem a ver com um conjunto de hipóteses, de argumentações que fazem pouco sentido, portanto é aquilo que no momento as pessoas chamam “palha”, e tem a ver com isso e não com matéria comestível.

3.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** deu início à sua intervenção:

“Se na última Assembleia Municipal já tínhamos concluído que o Município de Caminha se encontra numa situação financeira de extrema e grave debilidade, após análise dos documentos anexos a este ponto da ordem do dia, maior é a certeza:

Mais uma vez alertamos:

O Total das disponibilidades em 9/02/2015 é de 811.833,28€;



Assembleia Municipal de Caminha

As Dotações não orçamentais - Cauções dos Municípes e Operações de Tesouraria – 802.204,51€;

Dotações orçamentais - Dinheiro efetivamente disponível do Município – 9.628,77€.

As faturas já registadas na contabilidade e não pagas 805.937,99€.

Se fizermos um exercício de memória, em 2/12/2014, ultima Assembleia Municipal, as faturas não pagas pelo município, eram no valor de 2.467.421,47€, nessa mesma assembleia, foi autorizada a contratação de um empréstimo de 1(um) milhão de euros, ora para o cálculo dos fundos disponíveis do mês de fevereiro, consideraram o produto do empréstimo de 1(um) milhão de euros, isto, para conseguirem Fundos Disponíveis de 1.289.853,97€.

Das duas uma:

- Ou já anteviam que não teriam Fundos Disponíveis no início de 2015, se não recorressem ao milhão de euros, aí sim, não tinham Fundos Disponíveis para comprar nem um prego;
- Ou mentiu a esta Assembleia Municipal, disse e justificou, que o empréstimo seria para pagar os processos judiciais.

O 1 (um) milhão de euros, não só, não foi para pagar os processos, como já foram gastos para pagar dívida de curto prazo.

- Como justifica que as faturas por pagar tenham diminuído de 2.467.421,47€ em dezembro, para 805.937,99€ em fevereiro?
- Onde arranjou 1.661.483,48€?
- Eu digo-lhes, no empréstimo de curto prazo, que esta Assembleia autorizou em Dezembro.

Depois do teatro à volta da contratação do empréstimo, a que todos assistimos na última Assembleia Municipal, é vergonhosa a forma como enganou este órgão deliberativo.

Relembro que, herdou uma Câmara com um valor de depósitos bancários de mais de 2 milhões de Euros, confirmados pela auditoria contratada por V.Exa e que atualmente apenas tem 9 mil Euros e já contraiu um empréstimo de 1 (um) milhão de euros, caso será para dizer, que, o que vale aos funcionários do Município é os



Assembleia Municipal de Caminha

511 mil euros de transferência do Orçamento de Estado para pagar os vencimentos.

Diz o Senhor Presidente reiteradamente que as suas contas são transparentes:

- Não é verdade Sr. Presidente:

- É o Senhor que contrata espectáculos em Agosto e faz as adjudicações em Novembro, incumprindo de forma grave na Lei dos compromissos;

- É o Senhor que omite faturas e depois diz que pagou;

- É o Senhor que diz que lhe deixaram pessoal a mais, e depois contrata várias pessoas, com recurso a alegadas prestações de serviço, a recibo verde. O argumento a que já nos habituou, é que agora contrata, não quadros técnicos, mas gente que ganha o salário mínimo e faz os trabalhos que a Câmara precisa.

- É o Senhor que empola a dívida de curto prazo, contabilizando ilegalmente as piscinas municipais, e ainda por cima, contabilizando uma dívida de mais de 20 anos como se fosse de curto prazo;

- É o Senhor que de um dia para o outro, faz dos Senhores Presidentes de Junta e das suas Juntas, detentores de verbas miraculosas e milagrosas que nenhum recebeu, nem sabe onde estão!

- Aliás gostaria de perguntar ao Sr. Secretário da Junta de Vila Praia de Ancora, a título de exemplo, se confirma ter recebido de transferência por parte do Município a verba de 100 mil euros, só para ficarmos todos elucidados acerca da transparência!"

Relativamente à atividade do Município, quanto à temática do desemprego constante no ponto 11 a Senhora Deputada Lilita, disse:

"O que V.Exa., chama a si, voltando a minha anterior intervenção, é a criação de cerca 250 postos de trabalho?

Com certeza que, dirá que o Continente muito contribuiu para esta diminuição, um investimento muito bem-vindo, criou apenas um terço do valor em causa. Então, onde estão os outros 150 postos de trabalho?

Para V.Exa., a justificação está, passo a citar novamente:



Assembleia Municipal de Caminha

“na descida de impostos, a abertura de novas empresas ligadas à alimentação, à restauração ou a unidades hoteleiras, os investimentos que se vão multiplicando em pequenas obras pelas freguesias ou em grandes empreendimentos como a nova Biblioteca de Caminha, a Ecovia do Rio Minho ou o Mosteiro de São João d’Arga, são um contributo importante para esta baixa do desemprego, tão superior à média nacional”

Não é verdade Sr. Presidente!

Acha mesmo que grandes empreendimentos como a nova biblioteca de Caminha, a ecovia do rio Minho ou o Mosteiro de São João d’Arga, contribuem para a descida de desemprego, é caso para perguntar:

Quantos postos de trabalho foram criados?

Ao contrário do que diz, a explicação é sustentada, nas pessoas que emigraram, que entraram nos programas de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que conseguiram um estágio profissional (por um ano) ou que por qualquer outro motivo deixaram de constar das listas do IEFP.

O que se torna preocupante, e disso o Senhor não fala, é existirem no nosso Concelho, um numero demasiado elevado de desempregados de longa duração. Pessoas que estão inscritas no IEFP há mais de 1 ano.

O Senhor que tanto mérito chama a si, o que tem feito para contrariar esta tendência.

Chamar a si um mérito que não lhe pertence ao invés de uma fórmula milagrosa, transforma-se numa fórmula pretensiosa!

Mas, disse mais na última Assembleia, e cito mais uma vez:

“o tempo de fechar fábricas acabou, agora vem o tempo de abrir postos de trabalho”

Não é verdade Sr. Presidente:

Não bastasse os factos e os números que o desmentem é no mínimo ridículo, continuar a insistir que as fábricas da Regency e da Mourassos fecharam por culpa do anterior executivo.



Assembleia Municipal de Caminha

Ridícula foi também, a sua resposta quando a Sra. Deputada Júlia Paula exibiu os ofícios e esforços que demonstraram empenho em ajudar!

Ridícula foi também, a comparação com a Regency. É que a Regency não tinha dívidas ao Estado, nem à Segurança Social! Não tinha era clientes e nem condições para se impor no mercado aos seus concorrentes.

Mas a Mourassos tinha clientes, e contratos que asseguravam a sua laboração por pelo menos dois anos, e não obstante, o esforço da anterior Presidente da Câmara que, por diversas vezes deu conta da ida a Lisboa, não foi possível obter nem perdão da dívida nem condições para o seu pagamento!

Ao contrário do que diz, o encerramento destas duas fábricas ocorreu em plena governação do Partido Socialista, liderado pelo Engenheiro José Sócrates, e foi a insensibilidade desse governo, do seu partido, que determinou o encerramento da Mourassos e atirou para o desemprego centenas de trabalhadores.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou todos os presentes e de seguida deu início à sua intervenção:

“Numa anterior Assembleia Municipal, já tive oportunidade de afirmar que V. Exa. Sr. Presidente, não tinha maturidade para desempenhar o cargo de Presidente de Câmara.

Disse mesmo que V. Exa. corria o risco de se tornar no pior Presidente de Câmara que Caminha, ao longo da Democracia alguma vez teve no exercício deste cargo, tendo mesmo chegado ao ponto de lhe ter retirado a minha confiança política.

Abro parêntesis Sr. Presidente para lhe dizer que quando me refiro a confiança política, refiro-me à confiança na competência e no mérito para o desempenho do cargo.

Acrescento que a confiança, independentemente do desacordo das soluções, baseia-se em reconhecer mérito e fundamentalmente verdade e seriedade na política que desenvolve e no cargo que desempenha!

E se dúvidas houvesse, a passagem em 09-01-2015 do Sr. Ministro Poiares Maduro pelo nosso Concelho, só vem demonstrar a razão das minhas palavras.



Assembleia Municipal de Caminha

V. Exa. Sr. Presidente, tinha todos os trunfos, para que de uma forma cabal e definitiva, poder mostrar a todos os Caminhenses o sentido de elevação e verdade que se exige e espera do desempenho de um Presidente de Câmara.

Era esta a oportunidade, para mostrar a todos nós, o “Ranger” que há em si.

Mas não o fez. E não o fez, porque não tem humildade, não respeita o passado e não consegue projetar o futuro.

Pela simples razão que V. Exa. se encontra refém da divisão interna dos seus Vereadores, refém da equipe que em eleições disse ter, e que afinal não tem.

É esta divisão que o conduz ao fracasso!

V. Exa. é refém dos seus assessores diretos que escolheu e que os Caminhenses não aceitam, por serem repetentes e já chumbados em eleições anteriores. Representam ideias antigas que calam e escondem incompetências com perseguições a todos os que ousam pensar ou dizer diferente.

Estejam eles na política, nas Juntas de Freguesia, nas instituições, na comunicação social, escolas ou coletividades.

Estas nomeações de repetentes também não têm a aceitação do Partido Socialista de Caminha, que já antevê um desastre eleitoral em 2017.

V. Exa. ouviu o Sr. Ministro Poiares Maduro dizer, quando interrogado pelos jornalistas sobre a possibilidade de construção de uma ponte internacional, que “no âmbito do próximo Quadro, não vale a pena estar a enganar as pessoas, não haverá apoios para estruturas rodoviárias”.

V. Exa. ouviu estar palavras e esfregou as mãos de contente, tendo quase de certeza pensado no seu íntimo:

- Com esta, calo o Deputado Rui Taxa sempre tão incómodo, às voltas com o Ferry e com a ponte, e culpo o Governo e o anterior Executivo por não o terem conseguido!

Pois é Sr. Presidente, mas acontece que o Sr. Ministro Poiares Maduro não disse só isto.

Também disse, que não havia dinheiro para a construção da ponte internacional, e passo a citar, “exceto em casos relacionados com a competitividade e a



Assembleia Municipal de Caminha

internacionalização da nossa economia”, “que reforcem a competitividade económica desta região, que reforcem a competitividade das pessoas”. “É esta a prioridade que o País necessita e de que esta região necessita”.

Sr. Presidente Miguel Alves.

Era esta a sua “deixa”, como se diz no Teatro.

Era aqui que deveria ter mostrado o seu “arreganho e fibra de Caminhense” e de “Ranger” como Presidente da Câmara, não era culpando os outros!

Era fazendo trabalho, passando à ação!

Era esta a ocasião de entregar ao Sr. Ministro Poiares Maduro um dossier completo que demonstrasse a importância da ponte internacional para o desenvolvimento da Vila de Caminha e do seu Concelho.

Era esta a ocasião de entregar o anteprojeto da Ponte elaborado pela Valimar, ou não o conhece?

Se quiser posso fazer-lho chegar, pois existe, resulta de uma candidatura da Valimar e do esforço do anterior executivo do PSD, que só esbarrou com a oposição do então Governo do Partido Socialista, liderado pelo Eng. Sócrates, que mesmo com o anteprojeto e constando como prioridade no Plano Estratégico da Valimar, nunca, repito, nunca o quis inscrever nas diversas Cimeiras Ibéricas, onde são decididas entre Portugal e Espanha os investimentos prioritários transfronteiriços!

Mas não fez nada disso.

V. Exa., Sr. Presidente, limitou-se a dizer que queria apanhar o “primeiro vagão do Quadro Comunitário” e pouco mais.

Deixou fugir a oportunidade de brilhar, de marcar a diferença, de relançar Caminha internacionalmente.

Limitou-se a acusar os outros para desculpar a sua incapacidade!

Sr. Presidente.

Quero que saiba que defendemos e sempre defenderemos a construção da ponte internacional, como instrumento fundamental para o desenvolvimento da Vila de Caminha e do seu Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Quero que saiba que sempre lutámos, defendemos e defenderemos o desassoreamento do Rio Minho.

Não o seu desassoreamento! Que consiste em retirar areia do canal do Ferry para a depositar no cais dos pescadores.

Mas o nosso desassoreamento.

O que defendemos no nosso manifesto eleitoral e que verdadeiramente permita a navegabilidade do Rio Minho.”

O **Senhor Deputado Rui Lages** felicitou o Senhor Presidente da Câmara em nome do Partido Socialista pela gestão rigorosa e acima de tudo amiga dos munícipes pela qual tem pautado o seu mandato. Disse ainda que os números apresentados são verdadeiros, limpos e desmaquilhados pelo que está mais uma vez de parabéns.

O Senhor Deputado Rui Lages dirigindo-se mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara disse que vai falar sobre um assunto que tem sido várias vezes referido por vários deputados do PSD dado tratar-se do encerramento de várias empresas. O Senhor Deputado disse que vai repor a verdade, mas uma verdade factual e acima de tudo política. Deste modo dirigindo-se à Senhora Deputada Lilita Gonçalves disse que tinha na posse dele documentos que provam o que vai afirmar e que podem ser consultados.

E disse então que:

- “Aos 11 dias do mês de janeiro de 2002 tomou posse o executivo então PSD da Câmara de Caminha.”

Acrescentou que os documentos que vai referir são o que se pode chamar o bilhete de identidade das empresas, e disse:

- “Declaração de insolvência da “Mourassos”- 17 de novembro de 2010, governação local PSD

- “Declaração de insolvência da “Regency”- 29 de dezembro de 2009, governação local PSD.



Assembleia Municipal de Caminha

- “Declaração de insolvência dos “Aurélios”- 02 de novembro de 2011, governação local PSD.

Por fim, perguntou aonde está o problema e espera que fique esclarecido com qual governação fecharam estas empresas no concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Câmara** dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Taxa disse que provavelmente não terá ouvido bem o que o Senhor Ministro disse, e repetindo aquilo que o Senhor Ministro Poiães Maduro que é o responsável para os Fundos Comunitários disse apenas, que quem defende que haverá financiamento para infraestruturas como a ponte internacional sobre o Rio Minho é alguém que está a querer enganar as pessoas, julgo que com isso elucida totalmente a sua intervenção.

Relativamente a intervenção da Senhora Deputada Lilita Gonçalves, o Senhor Presidente disse que admira a retórica que tem de poder dizer na mesma frase uma coisa e o seu contrário, o que é absolutamente fantástico, mas o que lhe retira toda a credibilidade no debate destas questões financeiras ou outras.

Relativamente a questão do desemprego o Senhor Presidente disse que a Senhora Deputada ataca a Câmara porque o número dos desempregados só baixou porque é a emigração, são os contratos de emprego e inserção enfim tudo isso, mas há pouco era o Governo, o Governo é que tinha baixado o número do desemprego, o que não faz sentido nenhum. Mas aquilo que faz sentido é debater esta questão seriamente porque esta questão do desemprego é uma questão séria. As mesmas condições objetivas em termos de emigração, em termos de contratos de emprego e inserção estão à mão de todos e há um combate que é de todos e existe no País e em Caminha. No País o número de desempregados inscritos desceu 13% pelas razões que avançou, por todas as razões que podemos aqui colocar. Em Caminha desceu 20%, isto são dados objetivos e portanto sobre essa matéria porque nem sequer se falou em criação de emprego, falou-se na descida do número de desempregados porque sobre criação de emprego também estamos mais do que conversados, e se alguém lutou para criar emprego este ano no Concelho de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha foi o PS e foi a Câmara Municipal. Agora o PSD fez um combate cerrado à criação de emprego aqui no âmbito do concelho, julgo que isso é notório, fê-lo e continua a fazer.

Relativamente à beleza das suas palavras sobre as empresas que encerraram e a Câmara não teve nada a ver, o Senhor Presidente disse que para a próxima sessão talvez lhe traga a carta do Conselho de Administração da Regency a lamentar a falta de apoio que teve da Câmara Municipal nessa altura.

Relativamente as Juntas de Freguesia o Senhor Presidente disse que foi feito um trabalho muito importante de muita proximidade com as Juntas de Freguesia. Elogiou aquilo que foi a capacidade dos Presidentes de Junta e dos executivos para na primeira fase do ano não terem ainda a capacidade de poderem ter os fundos que eram disponibilizados através dos fundos de execução, viveram dificilmente com muita incapacidade de cumprirem muitas das suas obrigações junto dos seus fregueses, viveram com o facto de a Câmara Municipal estar a pagar o que o executivo anterior não tinha pago. Portanto os primeiros meses do ano, os Senhores Presidentes de Junta que estão aqui e sabem disso, foram vividos, sobrevividos em alguns casos, por alguns Presidentes de Junta com a capacidade de que este executivo teve de pagar aquilo que o executivo anterior prometeu, e não pagou, foi este o nosso esforço, mas a partir da segunda metade do ano já conseguimos fazer um esforço que nunca teve memória este Município, conseguimos dos protocolos de 2014 no que diz respeito a transferência correntes, pagar até ao final do ano 84%, e em transferências de capital 70% foi pago. E muito daquilo que tem de ser pago tem a ver com a capacidade que tem as Juntas de Freguesia de entregar relatórios, de apresentar documentos e naturalmente de alguma dificuldade momentânea da Câmara, porque está de facto em situação muito difícil. E os Senhores Presidentes de Junta sabem isso, acompanham e é por isso que as Juntas de Freguesia recebem o que tem para receber. O Senhor Presidente disse ainda que no ano de 2014, entre o dinheiro que se pagou que foi prometido pelo anterior executivo, o dinheiro que se pagou através de transferências correntes no âmbito de acórdãos de execução, o dinheiro que se



Assembleia Municipal de Caminha

pagou através de transferências de capital mais o que está salvaguardado através de protocolos individuais firmados com cada uma das Juntas de Freguesia a Câmara Municipal de Caminha pagou cerca de meio milhão de euros às Juntas de Freguesia. Disse ainda o Senhor Presidente sobre a questão do dinheiro, que a Senhora Deputada quando aqui salientou na dificuldade que existia nos montantes e naquilo que eram as faturas para pagar, nestas contas que aqui foram apresentadas; “falou que é impossível e que a Câmara está numa situação calamitosa”. Em resposta o Senhor Presidente disse que só em 2013 os Senhores deixaram 4.858.846,00 euros para pagar, deixaram dois milhões de euros na conta, e sobre esse valor não se podia usar todo, porque havia muitas cauções e que isso era importante saber. E sobre o empréstimo disse que é mentira, mentira, muita mentira se este Executivo tenha usado um cêntimo que fosse de um milhão de euros que contratualizou com a Caixa Geral de Depósitos. Disse ainda que a Senhora Deputada foi ali com uma desfaçatez insultar tudo e todos recordando, que existe uma certa benevolência a partir daquela bancada porque os Senhores Deputados e em particular a Senhora Deputada insulta-nos como quer, da forma que quer e basta olhar para os seus atos, mas nós damos-lhe largo, mas um dia não vamos dar e não vamos deixar passar. O Senhor Presidente voltou por fim a afirmar que é mentira, que tenham usado em cêntimo que fosse do empréstimo que solicitaram à Caixa Geral de Depósitos e sobre essa matéria espera que fique explicada.

b) – Aprovação da Ata da Sessão Extraordinária de 19 de dezembro 2014

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 19 de dezembro 2014**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa** felicitou quem fez a ata uma vez que transcreve na integra e exemplarmente tudo aquilo que se passou neste órgão na pratica para o papel, aconselhou para que seja lida na integra porque está bem feita, e através do Senhor Presidente da Mesa que como responsável mais uma vez deseja que felicite quem fez ata. Convidou toda a população de Caminha e todos os elementos do seu grupo partidário para que leiam as atas porque só assim se pode fazer um balanço daquilo que se ouve na rua sobre o nosso concelho e de tudo aquilo que se passa neste órgão (Assembleia Municipal). Por fim disse que a bancada do PSD votará favoravelmente esta ata.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** fez uma pequena observação para que fossem corrigidas duas palavras na ata na página 30 e 37.

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que serão verificadas na gravação as alterações sugeridas e se necessário serão corrigidas.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão** disse que fez abstenção bem como todas as outras abstenções que ouve por não estarem presentes na reunião.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

c) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

1. Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.



Assembleia Municipal de Caminha

4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez a seguinte declaração de voto:

“A bancada do PSD votou neste ponto pela abstenção uma vez que esta é uma Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia desta Assembleia Municipal, prevista e permitida por Lei e da total responsabilidade política deste executivo;

Dado tratar-se de uma questão financeira, não podemos deixar de estranhar, que não obstante também para esta área financeira, ter nomeado chefias da sua confiança política, solicite e sejam emitidos pareceres, por técnicos superiores que foram afastados dessas funções, mas cujos conhecimentos são afinal fundamentais para o bom funcionamento dos serviços.

Finalmente e não obstante o nosso voto ser pela abstenção, não podemos porém deixar de alertar para o sistemático incumprimento, da não entrega dos relatórios previstos nesta mesma lei e que consubstanciou o voto contra dos senhores vereadores, sentido de votação que só não é aqui repetido porque não é uma obrigação legal em relação a este órgão.”



Assembleia Municipal de Caminha

d) – Despesas de Representação dos Titulares de Cargos Dirigentes

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de janeiro de dois mil e quinze, relativa à **“Despesas de Representação dos Titulares de Cargos Dirigentes”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º2 do art.º24 da lei 49/2012 de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal aprovar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a atribuição aos titulares de direção intermédia de 2.º grau, as despesas de representação, bem como, as eventuais correspondentes atualizações anuais, no montante fixado para o pessoal dirigente da Administração Central e que é atualmente de 194,79€, valor sobre o qual incidem as reduções previstas na Lei do OE.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Medida Excecional para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Medida Excecional para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a solução 1 da proposta apresentada pelos serviços para a instalação de esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que o sentido de voto do grupo do PSD está em coerência com o sentido de voto da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora. Disse ainda, que uma vez que não houve nenhuma Assembleia de Freguesia para discutir este ponto, e que gostariam que tivesse sido realizada em local próprio que era em Vila Praia de Âncora. Depois, decidiríamos então qual seria o nosso sentido de voto em Assembleia Municipal. Por esse motivo votamos contra não pelo conteúdo da proposta mas pela forma como foi apresentada. Mas antes disso, convidamos o Senhor Presidente a retirar este ponto da ordem de trabalhos, de forma a poder ser discutido em Assembleia de Freguesia e posteriormente vir aqui a ser aprovada, uma vez que ainda vai a tempo de estar em execução durante o Verão.

O **Senhor Deputado Hugo Martins** saudou todos os presentes e disse que faria uma intervenção muito breve e objetiva.

“Vou referir-me à proposta constante da alínea e) da ordem de trabalhos, relativa à emissão de Licenças excecionais para a colocação de mais esplanadas na AV. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Trata-se, no nosso entender, de uma medida muito assertiva com reflexos muito positivos na dinâmica turística e hoteleira de Vila Praia de Âncora.

Trata-se de uma medida que visa valorizar a frente marítima de Vila Praia de Âncora e aumentar a atratividade, justamente, chamada Praia das Crianças.

Estamos certos de que a instalação de mais esplanadas na Avenida Ramos Pereira vai criar mais oferta hoteleira, vai imprimir mais dinâmica, conferirá mais competitividade e proporcionará mais animação em toda a zona.

Os Ancorenses, bem como todos aqueles que nos visitam e que escolhem a nossa terra para passar as suas férias irão apreciar o incremento das nossas ofertas.

Trata-se de uma medida qualitativa de grande alcance tirando partido das vistas privilegiadas sobre a marginal e sobre a nossa praia.

Espera-se que com esta medida, de natureza excecional, sejam potenciadas as condições turísticas e hoteleiras, tornando os espaços mais atrativos, com mais animação e com mais dinâmica, estimulando a apreciação da nossa gastronomia e apelando ao consumo (moderado, naturalmente) das bebidas.

Espera-se que as belezas da nossa terra, o nosso sol de verão e o cheiro a mar atraiam mais turistas e animem a economia local.

Estamos certos de que, com a aprovação desta proposta, este espaço público será valorizado e estaremos a dar um bom contributo para o progresso da nossa terra.

Por estes motivos, apelo ao voto favorável dos deputados municipais e à aprovação da proposta agora apresentada.”

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que esta proposta foi concretizada no âmbito da competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal porque são estes os órgãos que tem competência, e que, naturalmente a Câmara Municipal através do seu Vice-Presidente, o qual teve o cuidado de ouvir o Senhor Presidente da Junta sobre esta matéria e mesmo ele próprio teve o cuidado de ouvir ao longo do tempo os comerciantes de Vila Praia de Âncora, nomeadamente da Avenida sobre este assunto. Tendo cumprido todo o espaço de diálogo e de abertura que existe e que seria muito penoso fazer em todas as matérias desta



Assembleia Municipal de Caminha

competência debate em cada Assembleia de Freguesia sobre cada um dos territórios, e que naturalmente sobre esta matéria decidiu-se fazer uma coisa diferente que foi dialogar com as pessoas e trazer a proposta que consta da mesa, o que naturalmente surpreendeu o PSD, porque durante anos não o fizeram.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** em forma de declaração de voto disse que para medidas excecionais devemos ter atuações excecionais. Dever-se-ia em primeiro lugar ouvir a voz dos Ancorenses na Assembleia de Freguesia e por esse motivo votam contra.

f) – Alteração à Postura de Trânsito na Praça de Espanha da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de janeiro de dois mil e quinze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito na Praça de Espanha em Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia



Assembleia Municipal de Caminha

externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito na Praça de Espanha da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que por um sentido de coerência votam contra como votaram na proposta anterior.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves** saudou todos os presentes e disse que esta alteração foi solicitada por uma superfície comercial que acha que vai melhorar a sua atividade, e como estamos interessados que todas as atividades económicas tenham sucesso, entendemos que esta proposta vai dar maior coerência e fluidez de trânsito e mesmo até maior segurança a esta artéria. Por estes motivos invocados a Junta de Freguesia está a favor da proposta aqui apresentada.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima** saudou todos os presentes, de seguida solicitou uma planta da proposta apresentada e disse que como não era a primeira vez que falava desta alteração ao trânsito na Praça de Espanha não poderia deixar de falar nele novamente, uma vez que na última Assembleia Municipal propôs uma alteração ao Senhor Vereador Guilherme Lagido e o Senhor na sua resposta não respondeu a nada daquilo que lhe tinha sugerido. Deste modo o Senhor Deputado voltou a referir que tinha sugerido um estacionamento em espinha com o aproveitamento do passeio o que aumentaria o estacionamento; mas aquilo que aqui está proposto vem retirar estacionamento. O Senhor Deputado volta a sugerir para que a Câmara pense na alteração, mesmo sendo uma proposta vinda de um membro do PSD seria uma mais valia para o estacionamento desta Vila.

O **Senhor Deputado Rui Lages** disse que tendo esta proposta sido apreciada e aprovada pela Junta de Freguesia o Partido Socialista votará favoravelmente.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 9 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** em forma de declaração de voto, disse que o sentido de voto de PSD é pelas mesmas razões que o Senhor Deputado Rui Taxa explicitou relativamente às medidas excepcionais; a Senhora Deputada aproveitou o momento para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que este como continua numa logica de contabilidade, que se o PSD não tivesse feito o estacionamento o Senhor Presidente não teria aonde colocar as esplanadas.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H35M, do dia 20 de fevereiro de 2015, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

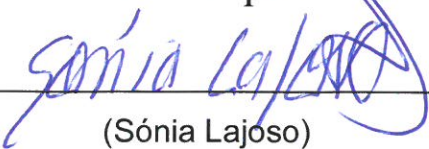
O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

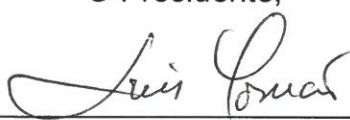
A Segunda Secretária,



Assembleia Municipal de Caminha


(Sónia Lajoso)

O Presidente,


(Luís Augusto Pestana Mourão)